

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Elisa Amanda Santos do Amaral

**Feminismo Negro: perspectivas, estratégias e condições de
existência.**

Campinas

2017

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Elisa Amanda Santos do Amaral

**Feminismo Negro: perspectivas, estratégias e condições de
existência.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação
da Unicamp, para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia, sob a
orientação da Prof^a Dr^a Angela de
Fátima Soligo.

Campinas

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Am13f Amaral, Elisa Amanda Santos do, 1995-
Feminismo negro : perspectivas, estratégias e condições de existência / Elisa
Amanda Santos do Amaral. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Ângela Fátima Soligo.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Feminismo negro. 2. Mulheres negras. 3. Feminismo. I. Soligo, Ângela
Fátima, 1956-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Licenciado

Data de entrega do trabalho definitivo: 11-12-2017

Dedico às mulheres de minha família, em especial minha avó, que como mulher negra, mãe de 15 filhos, me ensinou o que é força e afeto.

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe, uma pessoa iluminada, e ao meu pai por toda força e afeto sempre, por me ensinarem a acreditar que é possível, mesmo quando não parece; agradeço aos meus irmãos, Robelli e Eric, que eu tanto amo, aos meus avós, minhas tias e a toda minha família, sem eles de nada nessa caminhada valeria a pena.

Agradeço aos meus amigos – em especial Monize e Larissa – que tornaram os meus dias durante a graduação menos difíceis, também os amigos que já estavam comigo e o destino quis que estivéssemos juntos também nesta fase da vida – Ianca, Daliél, Luana, e por fim ao meu amigo Marcelo que me ensinou muito sobre a Academia, agradeço por me ensinar tanto.

Agradeço à minha orientadora Angela Soligo por ser paciente e por ser uma inspiração, ela faz com que eu ainda acredite que a vida acadêmica é uma opção para mim; agradeço também ao professor Alexandro Paixão, segundo leitor, por quem sempre nutri grande admiração e muito carinho, além de um grande professor uma pessoa extraordinária. E aos professores que nesses anos honraram o título de educadores, e foram até mais do que isso, foram amigos, eu agradeço.

“e sento aqui me perguntando qual de meus eus sobreviverá a todas essas libertações.”

Resumo

Este trabalho tem por intuito recuperar aspectos que tornam a perspectiva do feminismo negro urgente para se pensar a conjuntura da mulher negra – e das mulheres no geral – na sociedade atual, assim como discutir determinadas problemáticas – relacionadas a estereótipos - que tem suas raízes nos tempos da escravização e que ainda hoje dizem respeito às condições de existência das mulheres negras. Dez artigos publicados sobre o tema nas plataformas principais foram selecionados para a discussão - com o intuito de acompanhar o que vem sendo produzido, quais os elementos, as críticas desenvolvidas e trabalhadas - e enriquecem grandemente este trabalho, a partir das palavras chaves: feminismo negro, mulheres negras. Por fim, uma breve, porém importante discussão sobre educação antirracista se levanta, retomando rapidamente a luta do povo negro por educação e a potencial contribuição do feminismo negro para este campo.

Palavras chaves: feminismo negro, mulheres negras, feminismos.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1.....	12
1.1 – A mulher negra, escravidão e condições de existência.	12
1.2 – Negações do Feminino/ Mito da fragilidade feminina.....	14
1.3 – Violência sexual, miscigenação e estereótipos.	18
Capítulo II.....	22
2.1 – Teoria: críticas e demandas.....	22
2.2 – Feminismos no plural.....	28
2.3 – Trabalhos Relacionados.....	32
Capítulo 3.....	37
3.1 – Privação e Luta por Educação	37
3.2 – Por uma Educação Antirracista.....	40
Considerações Finais	43
Referências Bibliográficas.....	45

Introdução

Discussões acerca do Feminismo Negro têm se intensificado atualmente, causando por vezes controvérsias e recebendo acusações de fragmentar o Movimento Feminista em geral. Em seu trabalho *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis coloca que:

“O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.” (DAVIS, 2016, p.17)

Este trabalho tem por intuito desenvolver uma breve investigação e demonstrar argumentos que possam fundamentar as discussões sobre a necessidade de um Feminismo Negro, apontando especificidades e demandas históricas das mulheres negras em busca de emancipação em relação às opressões que as aprisionam, seja de gênero, raça e classe.

Há trabalhos de grande expressividade que discutem a questão da mulher negra e a construção de sua identidade como indivíduo em sociedades marcadas pela escravidão, como a supracitada Angela Davis (2016), ou as brasileiras Sueli Carneiro (2011) e Lélia Gonzalez (1984), que buscaram desenvolver estudos historicamente precisos que podem reunir lições e trazer aprofundamentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. Percorrer tais estudos é nossa intenção, considerando a produção de mulheres negras que contribuíram para a percepção das especificidades que envolvem a condição de ser mulher e negra.

De início buscaremos apontar como a escravidão desumanizou as mulheres negras, que eram vistas apenas como força de trabalho, ou “aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo” (Davis, 2016, p.19); recuperar a humanidade negada é apenas um dos passos iniciais a caminho da emancipação. Podemos ainda destacar e refletir sobre as nuances geradas pela negação do feminino às mulheres negras, como aponta Sueli Carneiro, “Quando falamos do mito

da fragilidade feminina que, justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?” (Carneiro, 2003); desse modo

“Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão “masculino” quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão. Algumas, sem dúvida, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido e, nesse processo, adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XIX.” (DAVIS, 2016, p.23, 24).

Por fim, devemos discutir a constante sombra da violência sexual na vivência de mulheres negras que, com raízes estabelecidas também durante a escravidão, traz para a discussão questões como miscigenação e estereótipos como o da mulher negra promíscua; desde os estupros nas lavouras no período escravocrata, até o estereótipo da mulata nos dias de hoje que atende aos que ainda estupidamente insistem na ideologia da democracia racial brasileira, - como se esse papel fosse prestigioso às mulheres negras - a violência sexual faz-se presente na realidade das mulheres negras de maneiras diversas. Como aponta Angela Davis, “o padrão do abuso sexual institucionalizado de mulheres negras se tornou tão forte que conseguiu sobreviver à abolição da escravatura” (DAVIS, 2016, pg. 180), portanto esse é um ponto ainda fundamental para a discussão de um Feminismo Negro.

Em seguinte momento, será desenvolvida uma breve análise de uma série de artigos e publicações acerca do tema Feminismo Negro, no esforço de refletir sobre o que vem sendo produzido em relação ao assunto. É importante destacarmos quem vem produzindo, homens, mulheres – brancos ou negros -, quais são as postulações sobre o tema que defendem ou criticam, quais os fundamentos teóricos empregados; desse modo, esse exercício de análise pode contribuir para o desenvolvimento de reflexões mais sólidas em nosso trabalho. Os artigos apresentam recortes importantíssimos para se compreender o histórico de luta do movimento de mulheres, haja vista o artigo de Damasco (2012) que trata da luta pelo direito à saúde reprodutiva da mulher negra brasileira na década de 70.

Por fim, uma breve discussão sobre educação se faz necessária e se constrói, buscando fornecer aportes para que pensemos uma educação antirracista e para a igualdade de gênero, a julgar pelo cenário atual do nosso país – que vem aos poucos impondo a chamada Lei da Mordança aos professores – onde os números de violência contra a mulher são aterradores e a falida ideologia da democracia racial segue toldando os alicerces racistas de nossa sociedade.

Concluindo, as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido (Carneiro, 2003), de modo que as discussões acerca de um Feminismo Negro fazem-se estritamente necessárias; demonstrar tais experiências que dizem respeito a como se deu a construção da identidade das mulheres negras ao longo dos séculos pode ser um caminho bastante enriquecedor para o debate, e é, portanto, a intenção do presente trabalho.

Capítulo 1

1.1 – A mulher negra, escravidão e condições de existência.

A escravidão dos povos africanos nas Américas é reconhecida como um dos grandes crimes da humanidade, em todos os tempos, e até os dias de hoje é estudada por conta dos seus infinitos desdobramentos no mundo todo. Durante cerca 300 anos pessoas foram trazidas – sequestradas - da África para as Américas – em navios negreiros que como bem descreveu Castro Alves, o poeta dos escravos, “era um sonho dantesco” - condenadas à condição de escravizados, ao trabalho compulsório e a negação de todos os aspectos de sua humanidade.

A situação da mulher ao longo dos séculos e da opressão sofrida pela condição feminina já foi historicamente bastante explorada – como pela famosa obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo” (1949) -, todavia a situação da mulher negra, escravizada, que apresenta diversas especificidades, pouco foi estudada durante a história. A tríade raça, sexo e classe – nesse caso a condição de escravizada – desenvolve uma forma de existir bastante específica; como nos aponta Angela Davis (2016) ¹, “O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório.” (DAVIS, 2016, p.17).

Essa é uma das marcas fundamentais da escravidão não somente nas mulheres, mas também nos homens escravizados, a destituição completa de sua humanidade, por meios diversos e com o intuito de manter sob a dominação dos senhores escravocratas povos culturalmente, religiosa e socialmente diferentes. Entretanto, no contexto deste trabalho, torna-se ímpar ressaltar que, como nos mostra Maria Lucia de Barros Mott (1988):

“Embora homens e mulheres escravos fossem reduzidos à condição de coisa, privados de todos os direitos civis, sujeitos ao poder, ao domínio e à propriedade de outrem, o fato de pertencerem ao sexo masculino ou

¹ Angela Davis é professora, norte americana ex-militante do Partido dos Panteras Negras, mundialmente conhecida, feminista negra com produções de grande importância sobre o tema incluindo o aclamado Mulheres, Raça e Classe.

feminino acarretou algumas particularidades a sua situação, refletida nas formas e nas condições de trabalho, nas relações familiares, na socialização, na mobilidade social, na legislação e mesmo nas formas de rebeldia e luta contra a escravidão.” (MOTT, 1988, p.18).

Desse modo, por mais degradante que a condição de escravizado pudesse ser, o peso era ainda maior sobre a mulher, posto que “quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero, mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.” (DAVIS, 2016, p.19). Enquanto força de trabalho a mulher era vista como semelhante ao homem escravizado, entretanto, havia mecanismos específicos de violência, opressão e dominação que faziam parte do cotidiano da mulher negra escravizada.

A mulher é vista historicamente como um ser humano inferior; o ponto de partida – também historicamente – das mulheres negras é ser sequer reconhecida como um ser humano. Aliás, como sabido, esse foi um dos argumentos utilizados por bastante tempo pelas epistemologias ideologicamente racistas; negros eram vistos como sub-humanos, sem alma, portanto passíveis de serem escravizados. Ou então posteriormente, diante da colonização europeia dos países africanos, foi difundida a ideia de uma missão civilizatória, de modo que os povos nativos eram vistos como selvagens não civilizados.

Podemos visualizar claramente um grande abismo em relação à constituição do ser mulher negra, em relação à socialização de mulheres negras e brancas que, apesar de sofrerem por conta da opressão machista, apresentam caminhos históricos distintos que dizem respeito ao ser mulher de maneiras distintas; um primeiro avanço das discussões do então Feminismo Negro é reconhecer as distinções desses caminhos, reconhecer as especificidades que dizem respeito ao ser mulher e negra. O feminismo negro começa a se desenvolver a partir de críticas ao Feminismo (hegemônico, branco) que não abarcava questões importantes às mulheres negras, que também se sentiram excluídas no Movimento Negro – então liderado por homens, onde a luta contra o patriarcado não estava presente.

O Movimento Feminista – nos Estados Unidos – dá seus primeiros passos na luta das mulheres brancas (em sua maioria de classe média) pelo sufrágio e pela

emancipação no século XIX, as mulheres brancas chegaram a comparar as opressões que viviam com a escravidão; o número de mulheres que passaram a integrar o movimento abolicionista cresceu, entretanto o racismo permanecia dentro dos movimentos abolicionista e feminista; o que se pode entender é que as mulheres brancas apesar de integrarem o movimento abolicionista, não desenvolveram laços de compaixão reais à causa da escravidão, e de certo modo lutaram em causa própria acreditando que o fim da escravidão poderia possibilitar também o fim da opressão sexista.

Enfim, posteriormente feministas negras teceram críticas a esse feminismo – já nos anos 70 e 80 -, que interpretava a opressão sofrida pelas mulheres como “uma só”, no sentido de que todas as mulheres são oprimidas da mesma forma, sem as variantes hoje discutidas – raça, classe, orientação sexual, etc. No Brasil as mulheres negras também encontram dificuldade em aproximar-se do Feminismo hegemônico – formado em sua maioria por mulheres de classe média e com formação universitária - e nos anos 80 o movimento feminista negro ganha força no país, aprofundaremos tais questões logo mais.

1.2 – Negações do Feminino/ Mito da fragilidade feminina

Pálida à luz da lâmpada sombria,
Sobre o leito de flores reclinada,
Como a lua por noite embalsamada,
Entre as nuvens do amor ele dormia!

Era a virgem do mar, na espuma fria
Pela maré das águas embalada!
Era um anjo entre nuvens d'alvorada
Que em sonho se banhava e se esquecia!

Era mais bela! o seio palpitando...
Negros olhos as pálpebras abrindo...
Formas nuas no leito resvalando...

Não te rias de mim, meu anjo lindo!
Por ti - as noites eu velei chorando,
Por ti - nos sonhos morrerei sorrindo!

(Álvares de Azevedo)

O ideal de feminilidade tem características bastante específicas, como já demonstraram infinitos poetas em seus devaneios e descrições que sempre acabam por desenhar uma mulher com longos cabelos, pele alva como a neve, a chuva, enfim. Com as palavras de Angela Davis, “a julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.” (DAVIS, 2016, p.18); anomalias, era esse o papel que cabia às mulheres negras.

A maternidade lhes foi roubada. Mulheres grávidas trabalharam igualmente nos campos, sofreram castigos impensáveis e “nas lavouras e fazendas onde as grávidas eram tratadas com mais indulgência, isso raramente se devia a razões humanitárias. Simplesmente, os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos.” (DAVIS, 2016, p. 22). Separadas de seus filhos de acordo com os interesses dos senhores de escravos – podemos estabelecer um pequeno paralelo com a atualidade, o genocídio da juventude negra, a violência policial racista que tira todos os dias de inúmeras mães negras o direito de ter os filhos nos braços – eram comuns casos de aborto e infanticídio, posto que fosse preferível a morte à escravidão.

Apesar das mazelas sempre houve resistência por parte das mulheres negras escravizadas, “A resistência da mulher escravizada é tão antiga quanto a de seus companheiros, podendo ser recuperada desde a África.” (MOTT, 1988, p. 29). Vários são os relatos sobre mulheres negras que lutaram contra a escravidão, e posteriormente lutaram pelos direitos das mulheres, por melhores condições de vida às mulheres negras sempre marginalizadas, mesmo após o fim da escravatura; um dos mais tocantes diz respeito a Sojourner Truth, mulher negra que em Ohio, Estados Unidos, em 1851, proferiu palavras até hoje lembradas:

“Sozinha, Sojourner Truth salvou o encontro de mulheres de Akron das zombarias disruptivas promovidas por homens hostis ao evento. De todas as mulheres que compareceram à reunião, ela foi a única capaz de responder com agressividade aos argumentos, baseados na supremacia masculina, dos ruidosos agitadores. Com seu inegável carisma e suas poderosas habilidades como oradora, Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando uma lógica irrefutável. O líder dos provocadores afirmou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem. Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. “Não sou eu uma mulher?” Com uma voz que soava como “o eco de um trovão”, ela disse: “Olhe para mim! Olhe para o meu braço”, e levantou a manga para revelar a “extraordinária força muscular” de seu braço.” (DAVIS, 2016, p. 70, 71)

No Brasil, onde os chamados quilombos se espalharam como centros de resistência à escravidão, assim como Dandara de Palmares – que hoje tem sua importância histórica reconhecida - podemos resgatar a história de Tereza de Benguela:

“Também no Mato Grosso houve um quilombo liderado por uma mulher que agrupava negros e índios. Tereza foi rainha do quilombo de Quariterê durante duas décadas, no século XVIII, afirma Mirna Pinsk. ‘Originária de Benguela, distrito de Angola, embora provavelmente nascida no Brasil, liderou um grupo de 79 negros e 30 índios instalados próximo ao rio Galera, afluente do rio Guaporé, não muito longe da fronteira com a atual Bolívia.’ (MOTT, 1988, p.46).

Além da resistência por meio da fuga, os escravizados utilizaram diversas outras formas de resistência, como sabotagens e até mesmo em casos extremos o suicídio; as mulheres escravizadas da mesma maneira se utilizavam de todas as formas possíveis de resistência, como as que realizavam os serviços domésticos e envenenavam os senhores. Em suma, de fato foi negada às mulheres negras a humanidade, por certo também sua especificidade como mulher, de maneira que as mulheres negras eram consideradas o oposto do que pregava a ideologia da feminilidade, que colocava as mulheres apenas no papel de mães, esposas integralmente dedicadas ao lar.

É possível refletir sobre os desdobramentos que essa negação proporcionou às mulheres negras, porém trata-se de um trabalho deveras complexo; nas palavras ilustrativas de Angela Davis, “As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas.” (DAVIS, 2016, p. 39), desse modo, a socialização enquanto mulher negra sempre carregará especificidades.

A mulher negra foi e ainda é vista como forte, naturalmente resistente, indicando uma ligação com a desumanização instituída pela escravidão, onde os papéis de masculino e feminino se desmanchavam de acordo com os interesses econômicos do senhor de escravos, de modo que mulheres negras realizaram funções diversas e por conta disso se “masculinizaram”, atribuindo uma animalização que permite que a mulher negra seja vista como não humana.

Atualmente existem pesquisas que comprovam que pautados na premissa da “mulher negra forte”, violências diversas são cometidas, como nos procedimentos em relação ao parto, onde mulheres negras recebem menos ou não recebem anestesia, são atendidas após um período de espera maior, entre outras questões; o recorte racial é recente em relação ao tema, entretanto faz-se urgente, de modo que os estereótipos enraizados em nossa sociedade dão margem a violência obstétrica e demais tipos de violências diárias. No artigo intitulado “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil” (LEAL, GAMA, PEREIRA, PACHECO, CARMO, SANTOS, 2017), é realizado o esforço de demonstrar através dos dados de uma pesquisa em grande escala realizada em 2012, - intitulada “Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre parto e nascimento”- que mulheres negras e pardas recebem tratamento diferenciado em relação às mulheres brancas durante o pré-natal e parto.

A desumanização invasiva permanece na vida das mulheres negras, em relação aos seus próprios corpos, como na década de 80 onde denúncias se levantaram em relação a uma onda de esterilizações cirúrgicas em mulheres negras, com o intuito obscuro do controle de natalidade da população negra (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012).

1.3 – Violência sexual, miscigenação e estereótipos.

Mulata tipo exportação, negra da cor do pecado, e outros tantos. Os estereótipos associados às mulheres negras, que perduram até os dias de hoje, em sua maioria possuem conotação sexual, de modo também a negar sua humanidade, e associá-la a fêmea, animalizada e, portanto, sem o direito ao próprio corpo. As mulheres negras escravizadas sofreram todo tipo de abuso sexual:

“Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p.20)

Trabalhavam sob as mesmas condições degradantes que seus companheiros, entretanto sofriam processos de repressão específicos de modo que somente nessa circunstância, sua especificidade enquanto mulher era resgatada; “Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado as suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão.” (DAVIS, 2016, pg. 20), dessa maneira, haviam formas de castigo pensadas especificamente para as mulheres. Não se pode considerar, portanto, o estupro como expressão dos impulsos sexuais do homem branco, de modo que se tratava de uma forma especificamente cruel de repressão, da ostentação do poder do senhor sobre a escrava. Segundo Angela Davis:

“Apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas ‘miscigenação’.” (DAVIS, 1981, p.37).

A escravidão estabeleceu uma ordem social que colocava as mulheres negras em um lugar de quase “não existência”, ou então uma existência resumida à

servidão, desse modo toda violência instituída às mulheres negras carregava os aspectos de naturalidade, como aponta bell hooks:

“Andando para trás para a escravatura, o povo branco estabeleceu uma hierarquia social baseada na raça e no sexo que classificava os homens brancos em primeiro, as mulheres brancas em segundo, algumas vezes iguais aos homens negros, que eram classificados em terceiro e as mulheres negras em último. O que isto significa em termos de política sexual de violação é que se uma mulher branca fosse violada por um homem negro, seria visto como mais importante, mais significativo do que milhares de mulheres negras violadas por um único homem branco.” (HOOKS, 2011, pg. 40)

Obscurecer os reais abusos e estupros e tratá-los como algo que acontecia com o consentimento das escravizadas é romantizar uma das marcas mais profundas e complexas da formação do nosso país, um país miscigenado; a miscigenação tem sido tratada de maneira deveras problemática, romantizada e até defendida historicamente como política com o intuito de “embranquecer” a população, apagando os traços da população negra. Com as palavras de Sueli Carneiro:

“Em primeiro lugar, a miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial, na medida em que o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas, cuja extensão está sendo revelada pelas novas pesquisas genéticas que nos informam que 61% dos que se supõem brancos em nossa sociedade têm a marca de uma ascendente negra ou índia inscrita no DNA, na proporção de 28% e 33%, respectivamente.” (CARNEIRO, 2011, p.66.).

Podemos, dessa maneira, compreender quais as consequências de toldar aspectos históricos da formação do nosso país, como a violência sexual sistemática que se deu contra mulheres negras e indígenas; as marcas desse tipo de violência fazem parte da vida das mulheres negras, que têm o direito ao próprio corpo negado por séculos. Os estereótipos que carregam as mulheres negras majoritariamente dizem respeito à violência sexual, ao corpo acessível, e “Essas agressões têm sido ideologicamente sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como por

literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais.” (DAVIS, 1981, p.181).

É possível resgatar uma centena de ilustrações, todavia, em nosso país carnavalesco, a mulata, sambista alegre e sorridente, acessível - um verdadeiro convite para o homem branco estrangeiro ou não -, demonstra claramente o papel em que a mulher negra ainda é colocada, como mercadoria, única e exclusivamente para satisfazer o homem branco. Esse exemplo salienta a naturalização da violência sexual contra a mulher negra, - que desde muito jovem, ainda crianças, meninas negras já são associadas a não inocência - que tem seu corpo associado à promiscuidade, ao pecado, “da cor do pecado”, ao calor, enquanto as mulheres brancas são as destinadas ao matrimônio, às mulheres negras cabe o estereótipo da voluptuosidade, da “nega quente”. Em seu artigo “O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude”, Danubia de Andrade Fernandes (2016) explica:

“O calor era visto como uma característica masculina, as mulheres eram consideradas frias e úmidas. No entanto, em associação com o calor da África subsaariana, as mulheres negras passam a ser entendidas como “quentes”. Le Bihan cita uma proposição científica datada de 1526, de autoria de Muhammad al Wazzan, que prossegue neste raciocínio ao sustentar que as altas temperaturas aumentam o tamanho do clitóris feminino e que isto explicaria a lascividade da mulher negra.” (FERNANDES, 2016, p. 695)

Outro aspecto da violência sexual vem sendo discutido com mais força nos dias de hoje, a questão da solidão da mulher negra, que em meio a tantas problemáticas enfrenta ainda a solidão; de maneira sucinta, por conta dos estereótipos, do racismo e do sexismo, as mulheres negras carregam o estigma da mulher sexualizada, por tanto bastante distante das questões relacionadas ao afeto e ao matrimônio. Relacionamentos encobertos, escondidos, por vezes são os que cabem às mulheres negras, que não são apresentadas à sociedade como mulheres, dignas de serem amadas e respeitadas; trata-se ainda de pesquisas recentes, entretanto, que demonstram também a necessidade da discussão sobre as especificidades das mulheres negras.

Em seu trabalho "Mulher negra: afetividade e solidão.", Ana Cláudia Lemos Pacheco (2003) apresenta uma análise profunda sobre as relações afetivas – e as não relações – que envolvem as vivências das mulheres negras, segundo ela:

“A mulher negra e mestiça estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afetivo”, do casamento, da união estável.” (PACHECO, 2003, pg. 25)

Como já foi colocado neste breve trabalho, o modelo de feminilidade é branco, portanto o preterimento das mulheres negras em relação às mulheres brancas diz respeito a homens brancos e negros; brancos que atrelam às mulheres negras a visão da promiscuidade, portanto, não condizente com o afeto, e aos negros que visualizam na mulher branca a ideia de ascensão social, de modo que segundo Pacheco (2008), “A raça se expressaria através da “cor”, do fenótipo, da estética (cabelo). O status seria uma forma de capital simbólico informado pela cor branca, aquilo que Carneiro define como um símbolo de ascensão social, um “troféu” para o homem negro.” (PACHECO, 2008, p. 227).

Em suma, a hipersexualização e o preterimento estão presentes nas variáveis de opressão às mulheres negras, os dados da violência sexual e doméstica são reveladores e mostram que as mulheres negras são o alvo principal deste tipo de violência, desmascarando o racismo e o machismo que são fundantes em nossa sociedade e marcam o dia a dia de milhares de mulheres.

Capítulo II

Durante os últimos anos o número de trabalhos sobre o tema – Feminismo Negro – cresceu, apresentando recortes variados e aprofundamentos sobre os fatores que impulsionaram as críticas ao movimento feminista hegemônico e consequentemente o fortalecimento do movimento feminista negro.

Foram selecionados para a discussão deste breve trabalho dez artigos sobre o tema publicados nas principais plataformas digitais, através das palavras chaves “mulheres negras”, “feminismo negro”, e “mulher negra”; o intuito é acompanhar o que vem sendo produzido, as discussões postas, as críticas e as bases de argumentação. Não foi realizado um recorte mais específico, desta forma entre os dez artigos estão produções sobre saúde reprodutiva, masculinidades, feminismos não hegemônicos, e também especificamente teóricos.

2.1 – Teoria: críticas e demandas

Os artigos que tratam especificamente das teorias do Feminismo Negro, em geral, percorrem o caminho histórico do desenvolvimento das ideias, das demandas e das trocas entre as militantes brasileiras em relação às militantes do feminismo pelo mundo, em especial com as militantes norte-americanas. Por diversos trabalhos são citados nomes mundialmente conhecidos como bell hooks, Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Audre Lord, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, entre outras, mulheres que fizeram parte da construção das teorias relativas ao feminismo negro, um movimento que surge com a intenção de abarcar as demandas de mulheres negras que não encontraram espaço no Movimento Negro, tampouco no movimento feminista – branco – hegemônico.

O movimento feminista ficou marcado por ser inicialmente constituído por mulheres brancas e de classe média, que lutavam por novos rumos em relação ao trabalho, a liberdade sexual, entre outras questões, distanciando-se de inúmeras outras configurações e experiências do ser mulher, em especial ser mulher e negra, trabalhadora, que vivenciava outras problemáticas e carregava diariamente as

opressões interseccionalizadas de gênero, raça e classe. Por conta da historicidade distinta questões fundantes da vivência da mulher negra não eram consideradas pelo movimento feminista hegemônico, como as questões relacionadas à violência sexual, o histórico de violações que marcaram de maneira muito profunda a mulher negra, que em decorrência porta estereótipos que perduram os dias de hoje; segundo bell hooks “A desvalorização da natureza feminina negra ocorreu como resultado da exploração sexual das mulheres negras durante a escravatura que não foi alterado no decurso de centena de anos.” (hooks, 2011, pg. 40).

Em vista de atender as necessidades do coletivo de mulheres negras, duas correntes se materializaram – *Black Feminism* e *Womanism* – e foram amplamente discutidas por intelectuais negras como Patrícia Hills Collins (2001). Fernandes (2016) – em seu artigo “O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude.” explica:

“Collins (2001) louva o termo *womanism* por sua capacidade de incluir as diferenças para além da negritude, ou seja, por entender que ele abre um espaço genuíno para a expressão das muitas possibilidades que convivem dentro do grupo “mulher afro-americana”. No entanto, na crítica feita por Collins (2001), a concepção teórica do *womanism* pouco valoriza as intersecções entre raça, gênero e sexualidade. Haveria um grande silêncio sobre as mulheres negras lésbicas.” (FERNANDES, 2016, pg. 699)

Fernandes (2016) prossegue explicando que por conta das dessemelhanças entre as experiências de mulheres negras e brancas, também é diferente o processo de combate ao machismo, dessa forma:

“Para as brancas, feminismo; para as negras, *womanism*. Segundo Collins (2001), os preceitos do *womanism* tornam ainda mais difícil a construção de solidariedade entre as mulheres, mas, por outro lado, as aproximam dos homens negros.” (FERNANDES, 2016, pg. 700).

A respeito do chamado *Black Feminism* – Feminismo negro -, podemos refletir sobre o uso do termo feminismo que carrega um significado já estabelecido (FERNANDES, 2016) e demonstra preocupações mais gerais. O artigo ilustra as perspectivas e elucida questões específicas das duas correntes supracitadas discutidas por Patrícia Hill Collins:

“No feminismo negro, segundo Collins (2001), a presença masculina não é bem-vinda e muitas feministas entendem que culpar os homens é o ponto de partida do combate ao machismo. O movimento é visto como um espaço exclusivo de mulheres negras que estariam lutando contra os homens. Apregoa-se uma compreensão de que o racismo diz respeito exclusivamente aos negros e que o machismo é necessariamente uma luta contra os homens, como se não houvesse machismo entre as mulheres, como se a questão do racismo não fosse de todos.” (FERNANDES, 2016, pg. 702)

A luta de mulheres negras proporciona a quebra de vários paradigmas, tece críticas ao feminismo hegemônico de modo que então é possível desenvolver movimentos e teorias que considerem as possibilidades de existência e reivindicações de mulheres pelo mundo. No artigo “O feminismo em novas rotas e visões”, Matilde Ribeiro (2006) tece sobre a importância dos movimentos de mulheres negras:

“Participantes do movimento negro e feminista, as mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, visam a desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isso, não só contribuíram para a conquista de visibilidade como sujeitos políticos, perante esses movimentos e a sociedade, como também construíram um curso próprio através da constituição do movimento autônomo de mulheres negras. Com isso, lutaram e lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, seus familiares e para comunidade. Explicitamente, a agenda política das mulheres negras transcende as questões de gênero, abarcando o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial.” (RIBEIRO, 2006, pg. 804).

Outras intelectuais negras desenvolveram teorias que percorrem distintos caminhos, como bell hooks (2008) que traz para as discussões os termos *sisterhood* e *sorority* – sororidade, termo hoje popularizado -, irmandade que seria base para o movimento revolucionário de mulheres (FERNANDES, 2016); segundo Fernandes (2016) “bell hooks (2008) acredita que as mulheres podem estar unidas por interesses e crenças partilhadas, unidas pelo apreço à diversidade e pela solidariedade política.” (FERNANDES, 2016, pg. 702), superando as barreiras que o racismo impõe. Hooks (2008) não credita ao homem a culpa de toda a opressão machista assim como não o vê como um inimigo, pelo contrário ela aponta a

importância de confrontarmos nossos inimigos internos (FERNANDES, 2016) de modo que a não reprodução do machismo pelas próprias vítimas por meio da desconstrução do sexismo também integrado às ações e práticas de mulheres é fundamental.

No Brasil, Lélia, Sueli; entre outros muitos nomes importantes para o feminismo negro e as teorias que se desenvolveram no país em meados da década de 70 a partir do contato de militantes brasileiras com as militantes norte-americanas, Lélia Gonzales e Sueli Carneiro se destacam; intelectuais negras que produziram reflexões sobre as principais questões relativas às opressões que permeiam a vida da mulher negra, as especificidades das mulheres negras brasileiras são incorporadas à discussão,

Lélia Gonzales (1984) também foi responsável pelas críticas ao feminismo hegemônico, reforçou a importância da descolonização dos saberes e “atuando como “forasteira de dentro” (*outsider within*), como define Patrícia Hill Collins, questiona a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras.” (CARDOSO, 2014, pg. 965). Lélia desenvolve os conceitos de “racismo aberto” e “racismo disfarçado”, sendo o último o caso do nosso país, onde vigora a ideologia da democracia racial, que através do preceito “somos todos brasileiros” – por conta da miscigenação – tilda o racismo, a marginalização, que sofrem as pessoas negras, brasileiras.

Cardoso (2014) nos apresenta Lélia da seguinte maneira:

“Gonzalez foi uma “intelectual diaspórica, com um pensamento erigido por meio de trocas afetivas e culturais, ao longo do chamado Atlântico Negro, com intelectuais, amigos e ativistas da América do Norte, Caribe e África Atlântica”. Desse diálogo com várias/os autoras/es, realizava a “política de tradução de teorias” para desenvolver um pensamento globalizado e transnacional, voltado não só para explicar como se formou nas Américas uma matriz de dominação sustentada pelo racismo, mas, principalmente, para intervir e transformar essa realidade a partir de sua compreensão.” (CARDOSO, 2014, pg. 968)

Outro ponto importante do trabalho de Lélia está na análise que a autora realiza das noções de mulata, doméstica e mãe preta, três categorias inteiramente associadas às mulheres negras, um “estado de coisas” como diz Lélia Gonzales

(1984) do qual não nos desvencilhamos e que remete ao tempo da escravidão. Nas palavras de Lélia:

O mito que se trata de reencenar aqui é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. (GONZALES, 1984, pg. 228).

O lugar colocado para a mulher negra nesse caso é o da hipersexualização, como já dito neste trabalho, não devemos confundir a suposta fascinação em relação à mulata posto que o que o que está posto é a desumanização do corpo negro feminino, atrelado à imagem da voracidade sexual selvagem – animal. Lélia prossegue:

“Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito.” (GONZALES, 1984, pg. 228).

Aqui a mulher negra retorna ao lugar da servidão, que recebe apenas a execração e a agressividade, que representa a outra face desse processo; como na ordem estabelecida pela escravidão, o corpo da mulher negra serve apenas para servir, com o trabalho, com o sexo, a mulata é a ilustração mais tangível de como o corpo negro feminino é enxergado, acessível, que diz respeito ao controle do outro e não de si mesmo. A última noção, a “mãe-preta”, exerce uma função subestimada, haja vista que segundo a autora, a responsável por exercer as funções maternas também é a responsável pela inculcação de valores, ensino da língua materna, entre outras questões:

“O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira.” (GONZALES, 1984, pg. 235).

Apesar da “mãe-preta” carregar outros significados, podemos estabelecer relação novamente com a noção do não direito ao próprio corpo e ao cuidado dele, considerando-se que a imagem da mãe é aquela que se sacrifica em relação ao cuidado do outro, e esta ainda é realidade em relação às mulheres negras, por exemplo, as trabalhadoras domésticas que deixam seus filhos em casa e se privam do cuidado dos seus para o trabalho e o cuidado aos filhos de outros.

Sueli Carneiro – outro nome de grande importância para o feminismo negro brasileiro – em seu trabalho “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.” (2003) reforça a ideia de que o feminismo hegemônico não contempla os pontos que dizem respeito às mulheres negras. De acordo com Fernandes (2016):

Para Sueli Carneiro (2003), o feminismo eurocentrista distancia-se da realidade da mulher negra ao desvalorizar sua história de lutas e resistências. Além disso, ele reafirma o mito da democracia racial brasileira, na medida em que iguala as experiências de opressão de mulheres brancas e de mulheres não brancas, ignorando o quanto a negritude potencializa a exclusão e o sofrimento. Por isso, no feminismo negro brasileiro, a perspectiva de gênero é uma variável teórica que não pode ser dissociada de outros eixos de opressão, uma vez que, em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como o Brasil, o racismo determina a própria hierarquia de gênero. Isto significa dizer que não se trata apenas de superar as desigualdades geradas pela hegemonia masculina: o combate ao racismo é essencial à luta. (FERNANDES, 2016, pg. 705).

A autora também trata da importância do feminismo e do movimento de mulheres em produzir novas condições de existência, assumir novos lugares –

espaços políticos - e dessa forma intervir e modificar a realidade de milhares de mulheres, diversas em suas especificidades:

“Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, pg. 119).

Em suma, o feminismo negro é um movimento dinâmico, que surge por conta do movimento feminista hegemônico não considerar a existência de mulheres diversas, com historicidades e demandas diversas, apesar da opressão machista que se faz presente na existência de todas as mulheres, entretanto também de formas distintas. Como disse Drika Barbosa – Rapper brasileira – “feminismo das preta, bate forte mó treta, tanto que hoje cês vão sair com medo de bu**.” (EMICIDA, 2015)².

2.2 – Feminismos no plural.

A partir dos questionamentos de mulheres negras ao movimento feminista hegemônico, outros “feminismos” então tomaram forma, com o intuito de libertar as mulheres da opressão machista em diversos contextos sociais e culturais. O feminismo cigano fez-se presente no cenário teórico feminista em 2012 após a publicação de um dossiê sobre uma nova corrente que discute as questões das mulheres ciganas por uma revista feminista norte-americana.

² Trecho da música “Mandume” do rapper Emicida, com a participação da rapper Drika Barbosa, lançada em 2015.

As populações romanis possuem um gama de especificidades, sociais, culturais, enfim, sofrem com a exclusão e a discriminação, envoltos em estereótipos pejorativos, de modo que se faz necessário a luta e resistência como tem feito o movimento feminista romani. Desta maneira:

“[...] o ativismo das mulheres ciganas surge no contexto do desenvolvimento dos movimentos sociais ciganos que, durante a segunda metade do século XX, vão se organizar na Europa e na América Latina, com a finalidade de resgatar estas populações da condição de subalternização, marginalização e violência às quais estão submetidas em muitas partes do mundo.” (REA, 2017, pg. 32).

Feministas negras como bell hooks e Angela Davis se tornaram referências para as militantes ciganas posto que questionaram também o feminismo – branco – hegemônico, que assim como as mulheres negras, não abarcava as questões das mulheres ciganas; outro traço semelhante está no fato de questionar o machismo dentro do próprio movimento cigano – como fizeram as militantes dentro do movimento negro - , a cultura cigana ainda preserva os casamentos arranjados, as mulheres são vítimas da violência doméstica e são defasadas em relação à educação. Em seu trabalho “Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI.”, Rea (2017) explica:

“Com certeza, o enfrentamento do patriarcado e de uma sociedade baseada em um rígido binarismo diferencial de gênero e em estruturas fortemente hierárquicas constitui um dos maiores desafios das ativistas ciganas. Com o termo patriarcado, definimos um sistema social baseado na opressão das mulheres, enquanto grupo supostamente separado e subordinado aos homens. Em um texto sobre as lutas das mulheres romanis, Isabela MIHALACHE (2004) destaca o fato de elas serem ainda pouco representadas no espaço político e de serem marginalizadas nos próprios movimentos ciganos”. (REA, 2017, pg. 39).

Em síntese o “recente” feminismo cigano – recente entre aspas, pois sobreviver em uma sociedade violenta, exclusiva e patriarcal requer resistência e feminismo é resistência – constrói críticas à sociedade e ao feminismo hegemônico, assim como à própria comunidade (REA, 2017), visando construir condições favoráveis de existência assim como mulheres no mundo todo que todos os dias

redefinem a experiência e a teoria feminista pensando nas variáveis que potencializam – tornam diferentes as experiências - a opressão e a violência – raça, classe, sexualidade, entre outros:

“O desenvolvimento de correntes do feminismo pós-colonial desde os anos 1970 – feminismo negro, feminismo indiano, feminismo chicano, feminismo muçulmano e latino – conduz à reflexão sobre como as dinâmicas de gênero, raça/etnia e classe encontram-se profundamente relacionadas e interagem na produção histórica de relações de poder e de dominação/marginalização de determinados grupos sociais. Entre os grupos mencionados, as mulheres são particularmente atingidas por essas formas articuladas e complexas de dominação e de subalternização. Trata-se, então, de entender as dinâmicas de funcionamento dos laços de poder, ou seja, o caráter racializado das relações de gênero e a dimensão gendrada das hierarquias sociais e dos estereótipos raciais. As categorias de gênero, raça e classe devem ser trabalhadas conjuntamente, pois elas coatuam e contribuem, conjuntamente, para a produção das relações de dominação vivenciadas por determinados grupos sociais. Em outras palavras, os feminismos pós-coloniais argumentam que a dominação de gênero e a opressão patriarcal das mulheres são inseparáveis de outras formas de dominação, baseadas na racialização, na nacionalidade e na classe.” (REA, 2017, pg. 43).

O Transfeminismo – Feminismo Transgênero – é um movimento que surge pela mobilização de pessoas transexuais, travestis, homens e mulheres trans, trata-se de uma categoria do feminismo ainda em construção e que busca preencher as lacunas em relação ao feminismo hegemônico que atrela gênero ao sexo biológico. No artigo “Gênero sem essencialismo: feminismo Transgênero como crítica do sexo.”, de Jaqueline Gomes de Jesus (2014), encontramos tal definição:

“Mais raramente conhecido como *feminismo transgênero*, o transfeminismo pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero

orquitectomizados e/ou *emasculados*; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas.” (JESUS, 2014, pg. 243).

O artigo supracitado elucida que os trabalhos relativos ao feminismo a partir da década de 70 tratam do conceito de gênero como construção social e política e independente do sexo biológico, e que esse foi um passo importante para que se desmontasse a imagem de um modelo único de homem ou mulher – como defende o feminismo hegemônico de que todas as mulheres sofrem a mesma opressão machista. Novamente segundo o trabalho de Jesus (2014) é importante demarcar que se construíram teorias de um Feminismo da igualdade e também de um Feminismo da diferença, e dessa forma “não há uma corrente teórica única do pensamento feminista. Pode-se falar de *feminismos* porque existem linhas de pensamento heterogêneas que, apropriadas a partir de teorias gerais, procuram, cada qual a seu modo, compreender porque e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade.” (JESUS, 2014, pg. 247).

O Transfeminismo também possui em suas bases contribuições do Feminismo Negro da década de 70, por exemplo, no reconhecimento de que é fundante considerar a interseccionalidade das opressões, assim como reconhecer a luta histórica de mulheres trans e travestis que contribuíram para o desenvolvimento de um feminismo que abarca as questões da população trans – assim como lutaram as mulheres negras. Dessa maneira Jesus (2014) evidencia:

“É imprescindível ressaltar que o feminismo negro identificou, desde o seu surgimento, que ao não levar em conta a intersecção entre raça e gênero, o feminismo tradicional não considerava as particularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres, cujo modelo idealizado eram as mulheres brancas (King, 1998). O feminismo negro reavaliou as políticas feministas brancas a partir de uma perspectiva afrocêntrica, e com a apresentação dos dois pontos acima listados, subsidiou uma crítica basilar ao feminismo tradicional que propiciou o desenvolvimento de outros feminismos, ditos interseccionais, incluindo o feminismo transgênero.” (JESUS, 2014, pg. 250).

Concluindo, a luta das mulheres negra por espaço político e condições de existência é memorável, como já ilustrado abriu caminhos para que mulheres do

mundo todo encontrassem modos de questionar a opressão patriarcalista – e o então feminismo hegemônico que não considerava variáveis fundamentais para compreender a situação de subalternização das mulheres - e desenvolver movimentos que constroem teorias e práticas que discutem e propõem estratégias de mudança na realidade de violência e exclusão de mulheres.

2.3 – Trabalhos Relacionados

Entre os dez artigos selecionados, trataremos de mais dois trabalhos de grande importância em relação às mulheres negras e a população negra em geral; trabalhos que versam sobre saúde e direito reprodutivo e masculinidades negras, perspectivas importantes e que dizem respeito à realidade da população negra, estereótipos e não cuidados físicos e psicológicos.

No artigo “Feminismo Negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil [1975- 1993].”, os autores Damasco, Maio e Monteiro (2012) fazem um retrospecto sobre o feminismo negro no Brasil, a questão da saúde pública com o recorte racial e a importância de um processo de denúncias de esterilizações em massa na década de 80 para o fortalecimento do movimento feminista negro, assim como a afirmação de uma identidade entre as militantes brasileiras. O trabalho parte do pressuposto de que tais denúncias impeliram o movimento feminista negro brasileiro.

O período histórico de que trata o artigo é bastante específico, com o fim da ditadura e os processos de reabertura e intensa participação de grupos de mulheres que lutavam por direitos trabalhistas, anistia a presos políticos, por saúde e contra a violência contra as mulheres. O início dos movimentos feministas no Brasil também é marcado por serem compostos inicialmente por mulheres brancas e de classe média, em meados da década de 70 o centro da luta era o voto feminino; na década de 80 o panorama começa a apresentar mudanças, com a criação do primeiro órgão nacional destinado às mulheres (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012) – Conselho estadual da condição Feminina do Estado de São Paulo -, novas questões começam a ser discutidas e cresce o número de questionamentos em torno da falta da discussão com recorte racial.

Outro fator para o fortalecimento do movimento de mulheres negras ressaltado pelos autores é o próprio movimento negro, que acabou por destinar às mulheres negras um lugar secundário na luta, assim como a não inclusão das pautas relacionadas às mulheres negras; a circulação das militantes feministas brasileiras em eventos no mundo também influenciou esse processo de expansão, de ocupação de novos espaços políticos e inserção de novas discussões relacionadas aos direitos femininos. Assim:

“Nesse contexto, as feministas negras centraram atuação no campo da saúde e dos direitos reprodutivos, por meio de denúncias sobre supostas políticas de controle de natalidade que teriam como alvo principal a população negra.” (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012, pg. 137).

O argumento utilizado era que a população negra ainda necessitava de conscientização em relação ao controle da natalidade, posto o aumento da miséria no país por conta do aumento da população negra e parda era temido. Foram realizados estudos e elaborados documentos no intuito de comprovar que tal argumento estapafúrdio era válido, e o movimento feminista negro ganha força contra tais políticas de controle e violência contra as mulheres negras:

“No ano de 1993, ocorreu o primeiro evento nacional destinado a discutir questões voltadas à saúde reprodutiva das mulheres negras no Brasil. O Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras foi realizado entre os dias 20 e 22 de agosto na cidade de Itapeverica da Serra, São Paulo. Reuniu organizações como o Movimento Negro Unificado de Salvador, Criola, Cebrap, Nepo, Sempre Viva Organização Feminista (SOF), entre outras. O Seminário foi idealizado com a intenção de expressar a visão das ativistas negras acerca da questão dos direitos reprodutivos, tendo em vista a participação das militantes na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994.” (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012, pg. 142)

Continuavam as polêmicas em torno das denúncias de esterilizações cirúrgicas quando em 1993 foi instaurada uma CPMI destinada a investigar o caso, como resultado as militantes negras concluíram que o documento apresentava “ausência de dados estatísticos confiáveis sobre a prática da esterilização nas mulheres negras.” (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012, pg. 145); houveram

contrapontos colocados as conclusões das feministas negras, entretanto ao fim da CPMI as seguintes conclusões foram apresentadas:

“[...] não havia uma política voltada à saúde da mulher no Brasil; existia interesse internacional na implementação do controle demográfico; as agências controlistas internacionais forneciam recursos financeiros às nacionais como a Bemfam e o Centro de Pesquisa de Assistência Integral à Mulher e à Criança (CPAIMC); e o Estado não definiu critérios para a prática da esterilização no país.” (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012, pg. 146).

Em suma, o artigo supracitado oferece boas bases para a compreensão do movimento feminista brasileiro, haja vista que oferece “evidências quanto à luta em prol da saúde reprodutiva da mulher negra como fator que impulsionou a conformação da identidade das feministas negras no Brasil.”. (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012, pg. 147). As questões relacionadas à saúde da mulher negra ainda são pautas urgentes dentro dos movimentos feministas a julgar pelo histórico de exclusão e ao acesso e atendimento precário destinado às mulheres negras

Por último, é importante destacar o artigo de Alan Augusto Moraes Ribeiro, “Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate.”, que trata de masculinidades negras em convergência com teorias produzidas por feministas negras como Bell Hooks e Patrícia Hill Collins, no intuito de repensar as masculinidades e superar estereótipos. O autor explana sobre os conceitos *Black experience*, *Blackness*, e interseccionalidade – contexto do feminismo negro norte americano –, ideias que circularam em contextos nacionais e internacionais.

Nesse sentido o texto levanta algumas:

“[...] reflexões teóricas sobre masculinidades negras elaboradas por intelectuais do feminismo negro, sobretudo, estadunidense, ao registrarmos que esta produção, por ser diaspórica, pode ser, de algum modo, reinscrita e reinstituída em distintas sociedades cujas estruturas complexas abrigam “relações de dominação e subordinação” (HALL, 1980, p. 325).” (RIBEIRO, 2017, pg. 80).

Prosseguindo, também existem masculinidades hegemônicas que se sobrepõem às masculinidades marginalizadas (RIBEIRO, 2017) e são também construções sociais, dessa maneira podemos inferir que as vivências masculinas

não são só diferenciadas entre si como também não desfrutam de forma igualitária dos privilégios instituídos pela sociedade patriarcal. Os homens negros de certo não vivem essa masculinidade hegemônica, carregam ainda estereótipos que impedem a construção de uma vivência mais humana, assim:

“Na medida em que essa socialização, entre jovens, concebe uma masculinidade negra hegemônica por meio de estereótipos marcados pela exacerbação físico-genital e incompletude intelectual, é a mobilização de tais traços como iminentes destas masculinidades em uma psicologia coletiva que deve causar preocupação, pois esses traços acabam se tornando “ficções e definições sociais prevalentes sobre masculinidades negras” (AWKWARD, 2001, p. 186; hooks, 2004).” (RIBEIRO, 2012, pg. 85).

A construção de uma – ou várias – masculinidade negra não tóxica faz-se necessário posto que segundo Ribeiro (2012) “bell hooks registra que virilidade, hipermasculinidade, truculência, hiperssexualização e o anti-intelectualismo obscurantista completam um modelo de homem negro agressivo, materialista e incapaz que é divulgado na sociedade em geral (hooks, 2004)” (RIBEIRO, 2012, pg. 85, 86). Esse engessamento da masculinidade negra com representação negativa de certo tem efeitos devastadores e são mais uma das marcas do racismo.

A questão primordial e grande contribuição que o artigo traz para que possamos pensar tanto as masculinidades quanto as relações de opressão à mulher negra diz:

“Ao articular o racismo às questões mais amplas das mulheres, encontra a guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119). Para a ruptura de padrões racistas e sexistas há, ainda, nos dias de hoje, enfrentamentos a fazer. Como bell hooks (1990) esclarece: “coletivamente, as mulheres negras e homens negros precisam se mobilizar em uma direção que desafie normas sexistas” (p. 17).” (RIBEIRO, 2012, pg. 87).

Finalizando, o racismo afeta as experiências de feminilidade e masculinidade de modo que o padrão hegemônico de homem e mulher é bastante distante de

homens e mulheres negras; o feminismo negro traz grandes contribuições para as discussões, que ainda estão em curso e aparentemente tem longos caminhos pela frente.

Capítulo 3

“Feminismo Negro, mulheres negras e educação.”

“We believe in an educational system that will give to our people a knowledge of self. If a man does not have knowledge of himself and his position in society and the world, then he has little chance to relate to anything else.”³

A luta das mulheres negras por educação para seu povo cruzou décadas, enfrentou ondas de violência, porém não perdeu a força, haja vista que no período pós-escravidão a educação parecia a única luz no fim do túnel para uma população que não tinha nada mais que sede por conhecimento. Esse derradeiro capítulo se faz necessário em tempos de “Escola sem Partido” e as violentas reações à vinda de Judith Butler ao Brasil – apenas alguns dos muitos exemplos -; discutir uma educação antirracista e para a igualdade de gênero se faz urgente de modo que devemos pensar entre outros aspectos a formação de professores e a descolonização dos currículos.

3.1 – Privação e Luta por Educação

À população negra foi negado – ainda é? – o acesso à educação de qualidade por séculos, ainda no período pós-escravidão e nos anos que se seguiram, muitas foram as lutas por escolas, universidades, enfim, para que o analfabetismo deixasse de fazer parte da vida das pessoas negras. Segundo Angela Davis:

“De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas se fossem realmente inferiores em

³ Ponto 5 do Caderno de Dez Pontos do Partido dos Panteras Negras.

termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação.” (DAVIS, 2016, pg. 109)

As mulheres tiveram um papel de extrema importância nesta luta, desde a escravidão, onde escravas que aprendiam a ler ensinavam clandestinamente seu povo de modo a passar adiante o conhecimento adquirido; Angela Davis (2016) nos conta exemplos também de mulheres brancas, professoras, que arriscaram a própria vida para que meninas negras pudessem estudar, escolas foram queimadas, professoras foram presas, enfim, a resistência a tais iniciativas foi sempre violenta. No Brasil a realidade não se mostrou diferente, a população negra se encontrava da mesma forma marginalizada e privada de educação, em especial as mulheres:

“Durante o período colonial não havia no Brasil escolas para mulheres, pois a Educação não era tida como necessária. Havia, no entanto algumas possibilidades de educação nos conventos e recolhimentos religiosos – a maioria deles especialmente criados para as mulheres ricas – onde eram obrigadas a fazer os votos religiosos. Aí aprendiam música, dança, prendas domésticas, e a ler e a escrever. [...] Quanto à educação das escravas nem pensar. Existem alguns poucos exemplos de escravas alfabetizadas no período colonial.” (MOTT, 1988, pg. 55)

O histórico de privação educacional foi usado como pilar para a negação de diversos outros direitos – tanto para homens quanto para as mulheres -, como o direito ao voto; o movimento pelo sufrágio feminino norte americano – branco – usou esse argumento para legitimar o direito ao voto das mulheres brancas instruídas, posto que certamente valesse mais o voto de mulheres brancas letradas do que de centenas de homens – o voto às mulheres negras não era sequer cogitado – negros ignorantes (DAVIS, 2016). O importante é ressaltar que à população negra todas as barreiras foram colocadas em relação ao acesso à educação.

As diversas teorias racistas veiculadas nos séculos passados colocaram o negro em lugar de inferioridade, não capacidade, não Inteligência, dessa forma era entendido que o negro por mais que lhe fosse oferecido, jamais estaria apto ao conhecimento erudito do homem branco. Enfim, era necessário lutar por educação,

romper com os estereótipos e se desligar da ideia de que apenas o trabalho braçal lhe cabia. E assim se deu, segundo Angela Davis, em relação aos Estados Unidos:

“A universidade Fisk, o Instituto de Hampton e diversas outras escolas e universidades negras haviam sido criadas no Sul no período seguinte à Guerra Civil. Cerca de 247.333 estudantes frequentavam 4.329 escolas – que foram base para o primeiro sistema de escolas públicas do Sul, o que beneficiaria tanto as crianças negras quanto as brancas. Embora o período pós-Reconstrução e a concomitante ascensão do modelo educacional Jim Crow tenham diminuído de modo drástico as oportunidades de educação para a população negra, o impacto da experiência da Reconstrução não podia ser totalmente eliminado. O sonho de possuir um pedaço de terra estava por ora destroçado, e a esperança de obter igualdade política esmaeceu. Mas o farol do conhecimento não seria facilmente apagado – e essa era a garantia de que a luta pela terra e pelo poder político continuaria sem trégua.” (DAVIS,2016, pg. 115,116.)

No Brasil, diferente dos Estados Unidos, não foram implementadas políticas sociais para a população negra recém liberta, que foi mantida sem direitos básicos e em condições de vida precárias; Cynthia Greive Veiga (2008), historiadora da educação brasileira nos diz da importância de problematizarmos e investigarmos a história da população negra e a educação, no sentido de compreender de maneira mais profunda a própria educação brasileira:

“[...] ressalte-se o impedimento legal de freqüência dos escravos às aulas públicas em várias províncias do Império. Esse fator tem sido interpretado também como impedimento da freqüência dos negros, gerando uma série de equívocos na história da escola. Portanto, observa-se na historiografia mais geral e na historiografia da educação em particular a permanência de um registro que invariavelmente associa os negros aos escravos e vice-versa, inclusive com ausência de ressalvas importantes, como o aumento significativo da população negra livre e a crescente diminuição da população escrava a partir de metade do século XIX (Mattos, 2006). Por isso, a sinonímia entre negros e escravos precisa ser problematizada no sentido de ampliarmos os estudos sobre a história do negro no Brasil e aqui avançarmos especialmente na investigação sobre os negros na história da educação e da própria história da educação brasileira.” (VEIGA, 2008, Rev.Bras.Educ. vol.13 no. 39).

Concluindo, a educação foi vista ao longo do tempo como uma possibilidade de conquista da liberdade pela a população negra, o histórico de privação e luta por esse direito é marcado sempre por muita violência; Davis (2016) recupera em seu trabalho algumas respostas dadas por crianças negras em uma escola sobre o que elas pensavam, uma delas responde que “Estamos estudando para tentar arrebentar o julgo da escravidão e partir as correntes em pedaços para que a posse de escravos termine para sempre.” (DAVIS, 2016, pg. 112). A educação arrebentaria as correntes.

3.2 – Por uma Educação Antirracista

No ano de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República, sancionou a lei 10.639, que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – de 1996, incluindo nos currículos das redes públicas e particulares de ensino as discussões sobre História e Cultura Afro-Brasileira, a luta dos negros no Brasil, História da África, entre outras. Esse é um momento bastante importante na luta da população negra no campo da educação, haja vista que:

“Mesmo sendo necessária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panacéia para os negros brasileiros. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. Historicamente o sistema de ensino brasileiro pregou, e ainda prega, uma educação formal de embranquecimento cultural em sentido amplo (NASCIMENTO, 1978; MUNANGA, 1996; SILVA, 1996 e 1988).” (SANTOS, 2005, pg. 22)

Entre as demandas dos movimentos negros organizados sempre esteve presente que os currículos que fundamentassem a educação brasileira não fossem mais um artefato de perpetuação do racismo e exclusão da população negra, livros didáticos que não reproduzissem estereótipos racistas assim como a formação de professores comprometidos com uma educação mais igualitária – antirracista -, posturas cobradas dos governos que também devem se comprometer – ao contrário do que vem demonstrando o cenário atual, haja vista a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

No país onde vigora a ideologia da democracia racial os processos de denúncia são importantes para que então se possa combater o racismo dentro da

escola, por parte dos alunos e dos professores que reproduzem representações negativas sobre as crianças negras, influenciando negativamente seu desempenho e trajetória escolar, como demonstra Jango (2012):

“alguns estudiosos destacaram a cultura de discriminação racial que permeava a escola, quando evidenciaram que os próprios profissionais da educação representavam negativamente seus alunos negros e suas famílias, ou seja, os mecanismos de discriminação velados excluía da escola as crianças negras, também, por meio dos sujeitos responsáveis pelo ensino delas, ou seja, o professor.” (JANGO, 2012, pg. 30.).

O que Jango (2012) explica é que o professor projeta sobre o aluno negro estereótipos e o coloca em um lugar de não inteligência, incapaz de aprender, e dessa forma objetivamente ele encontra mais dificuldades em aprender do que as demais crianças brancas; crianças negras possuem uma trajetória escolar mais sinuosa. Ao professor cabe justamente ultrapassar o censo comum, propor discussões que visem problematizar as questões fundantes da nossa sociedade como o racismo, haja vista um país como o nosso com histórico escravocrata. Como também aponta Jango (2012):

“Percebemos desta forma que as leis não alcançam algumas práticas racistas que são simbólicas e não se traduzem em atos criminosos, ou seja, quando destacamos que os professores representam a criança negativamente e isso contribui com uma prática pedagógica aligeirada que por sua vez contribuirá com o fracasso escolar, trata-se de um dado muito abstrato, uma prática tão simbólica que dificilmente será identificada e punida pela instituição. Mesmo porque, devemos lembrar, que a escola enquanto parte intrínseca da sociedade reproduz muitas vezes o que é legitimado fora dela. Além do que os professores reprodutores de uma lógica racista foram infelizmente educados, também, por meio desta cultura de discriminação. Não estamos isentando o professor do erro de não valorizar a diversidade étnico-racial em sua prática pedagógica, mas estamos querendo mostrar o quão complexa é a questão do preconceito racial no nosso país.” (JANGO, 2012, pg. 34).

Dessa maneira, a lei 10.639 pode ser considerada um grande avanço, todavia ainda é necessário lutar por uma educação antirracista de modo que a formação de professores é fator importante – 14 anos após a lei ser sancionada a Faculdade de Educação da Unicamp ainda não possui uma disciplina obrigatória de História da

África em seu curso de Pedagogia, que forma dezenas de professores todos os anos.

Ademais, como já insinuamos, um currículo colonizado, eurocêntrico, que desvaloriza a cultura e a história do povo africano e afro-brasileiro de certo não pode tornar a escola um lugar agradável e interessante para as crianças negras. O currículo é espaço de disputa, portanto, como nos assinala Nilma Lino Gomes:

“Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar.” (GOMES, 2012, pg. 105).

Muitos materiais vêm sendo produzidos – de qualidade – e inclusive distribuídos pelo próprio Ministério da Educação, que discutem aspectos das relações raciais e estratégias para o desenvolvimento de uma educação antirracista no dia a dia da sala de aula; alegar falta de conhecimento não cabe mais aos professores.

Finalizando, há muito o direito à educação vem sendo negado à população negra, não somente no sentido de acesso à educação, mas acesso a uma educação descolonizada, que lhes diga respeito, que valorize sua cultura, sua história, seu papel na construção da sociedade brasileira; que estar em sala de aula signifique não carregar estereótipos que possam determinar sua trajetória escolar, seu sucesso e seu fracasso.

Considerações Finais

O feminismo negro, que se desenvolve por meio das críticas feitas pelas militantes negras ao movimento feminista hegemônico, através das análises deste breve trabalho se mostrou dinâmico e muito potente, influenciou o desenvolvimento de outros movimentos dos chamados feminismos pós-coloniais – como o citado Feminismo Romani – assim como com base na organização do movimento de mulheres negras travou lutas diversas por direitos básicos como saúde e educação.

O intuito deste breve trabalho era demonstrar minimamente como as discussões do feminismo negro são urgentes ainda no cenário atual, haja vista que as condições de existência das mulheres negras são marcadas por problemáticas que tem origem ainda no passado escravocrata. Discutimos as questões relacionadas ao processo de desumanização que sofreram as mulheres negras, as negações do feminino à mulher negra, haja vista que o padrão de feminilidade é branco, assim como o conjunto de questões relacionadas à institucionalização do abuso sexual direcionado às mulheres negras que também tem origem nos tempos da escravatura.

Resgatamos discussões importantes para o movimento feminista negro – através da leitura dos artigos – como o direito à saúde reprodutiva, questão bastante sensível a julgar pelas denúncias de esterilizações forçadas às mulheres negras na década de 70, sob a postura mal disfarçada do governo que buscava na verdade o controle de natalidade da população negra, uma violência sem tamanho. Assim como a luta pelo acesso à educação que perdura séculos e carrega um histórico de negação e violência.

Este trabalho de conclusão de curso visava tratar apenas do feminismo negro e algumas questões específicas relacionadas às mulheres negras, entretanto, o campo do feminismo, em especial o feminismo negro, é abrangente e potencialmente pode fortalecer discussões no campo da saúde, da educação, da política, discussões sociais, enfim; especificamente em relação à educação, o feminismo negro pode proporcionar contribuições em relação às discussões sobre

gênero, relações raciais, direitos, entre outros aspectos, e por que não empatia? É nesse sentido que acreditamos nas potencialidades do feminismo negro, para mulheres negras que são as molas propulsoras da sociedade, haja vista que estão na base da pirâmide social.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011c.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos; SANTOS, Sales Augusto dos. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. MEC/SECAD, Coleção Educação para Todos, Brasília, 2005.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 73-97, 2017.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Estudos feministas*, v. 20, n. 1, p. 133-151, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ANDRADE FERNANDES, Danubia. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. *Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 691-713, 2016.

DO CARMO LEAL, Maria et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad. Saúde Pública, v. 33, n. Sup 1, p. e00078816, 2017.

EMICIDA, Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa. São Paulo: Laboratório Fantasma/Sony Music, 2015, 1 CD.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango et al. Aqui tem racismo!: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras. 2012.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. PARA ALÉM DOS FEMINISMOS: UMA EXPERIÊNCIA COMPARADA ENTRE GUINÉ-BISSAU E BRASIL. Estudos Feministas, v. 24, n. 3, p. 909-927, 2016.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. Universitas Humanística, n. 78, p. 241-257, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

Gonzalez, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira." *Luiz Antonio Silva, Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS* (1983).

GREIVE VEIGA, Cynthia. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, 2008.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. Revista de sociologia e política, v. 18, n. 36, 2010.

PACHECO, Ana Claudia Lemos et al. Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008

REA, Caterina Alessandra. Redefinindo e definindo as fronteiras do póscolonial. O feminismo cigano no século XXI. Estudos Feministas, v. 25, n. 1, p. 31-50, 2017.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. Estudos feministas, p. 801-811, 2006.

RIOS, Roger Raupp; DA SILVA, Rodrigo. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 16, p. 11, 2015.